

Educadores sociais como agentes de transformação: reflexões a partir de um centro social localizado na região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul

Aline Accorssi¹, Daiana Schwengber², Carla Luisa Frey Bamberg³

Resumo

Esse estudo teve como objetivo refletir sobre a educação social e suas repercussões, especificamente em uma instituição não governamental localizada na região periférica de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Trata-se de um estudo qualitativo e de cunho exploratório. Foram aplicados questionários com questões fechadas e abertas em trinta e dois educadores sociais. Os dados apontam que a maioria desses educadores é do sexo feminino, idade entre 51 e 70 anos, com ensino fundamental incompleto e exercem alguma ocupação para se sustentarem. A atividade em que há um maior número de educadores sociais envolvidos é a do artesanato. São voluntários, exercendo a atividade entre uma e quatro horas semanais. Embora o campo da educação não formal seja permeado por situações descritas como difíceis, relacionadas à vulnerabilidade social dos usuários, o papel que os educadores sociais executam na instituição tem possibilitado o apoio necessário para algumas mudanças e processos de transformação junto à população atendida.

Palavras-chave

Educador Social. Educação Não Formal. Transformação Social.

¹ Doutorado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil com período de estágio sanduíche na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, França; professora adjunta da Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil; líder do Grupo Mariposas: minorias sociais, resistências e práticas de transformação. E-mail: alineaccorssi@gmail.com.

² Doutoranda em Memória Social e Bens Culturais na Universidade La Salle, Canoas, Rio Grande do Sul, Brasil; bolsista CAPES/PROSUG; membro do Grupo de Pesquisa TESSIDO (Tecnologia Social, Inovação e Desenvolvimento). E-mail: daia_schw@yahoo.com.br.

³ Graduada em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: carlabamberg@hotmail.com.

Social educators as transformation agents: reflections from a social center located in the metropolitan region of Porto Alegre, State of Rio Grande do Sul, Brazil

Aline Accorssi⁴, Daiana Schwengber⁵, Carla Luisa Frey Bamberg⁶

Abstract

This study aimed to reflect on social education and its repercussions, specifically at a non - governmental institution located in the peripheral region of Porto Alegre, State of Rio Grande do Sul, Brasil. This is a qualitative and exploratory study. Questionnaires with multiple choice and discursive questions were applied to thirty-two social educators. The data indicate that the majority of educators are female, aged between 51-70 years, with incomplete elementary education and have some occupation to support themselves. The activity in which there is a greater number of social educators involved is the craftsmanship. They are volunteers, performing the activity during one and four hours a week. Although the field of non-formal education is permeated by situations described as difficult ones, related to the social vulnerability of users, the role that social educators perform in the institution has made possible the necessary support for some changes and transformation processes.

Keywords

Social Educator. Non-formal Education. Social Transformation.

⁴ PhD in Psychology, Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul, State of Rio Grande do Sul, Brazil with a sandwich internship at the School of Advanced Studies in Social Sciences, France; assistant professor at the Federal University of Pelotas, State of Rio Grande do Sul, Brazil; Mariposas Group leader: social minorities, resistance and transformation practices. E-mail: alineaccorssi@gmail.com.

⁵ PhD student in Social Memory and Cultural Goods, La Salle University, Canoas, State of Rio Grande do Sul, Brazil; CAPES/PROSUG scholarship holder; member of the TESSIDO Research Group (Social Technology, Innovation and Development).E-mail: daia_schw@yahoo.com.br.

⁶ Graduated in Philosophy, University of Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, Brazil. E-mail: carlabamberg@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira apresenta demandas socioeducacionais que ultrapassam os limites formais e regulares da instituição escolar, bem como da família, do trabalho e da cultura midiática. Tais demandas se intensificam na medida em que o acesso real e contínuo à educação formal ainda não seja uma realidade de toda a população. Nesse sentido, a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional já reconhece e afirma que existem outras possibilidades de desenvolver processos educacionais para além do âmbito escolar. Em outras palavras, a educação “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996, p. 9). A educação, segundo tal perspectiva, é global; e, mais, é um processo social que se faz ao longo de toda a vida. Seu objetivo, portanto, é capacitar para viver e conviver em sociedade (ROMANS; PETRU; TRILLA, 2003).

A educação não formal, deste modo, procura reconhecer o sujeito como um ser integral, que traz com consigo uma cultura, a qual precisa ser respeitada para que ele possa crescer e desenvolver seu potencial como um ser político, crítico e autônomo. As práticas da educação não formal se desenvolvem geralmente fora do espaço escolar, ou seja, em organizações e/ou em movimentos sociais, em programas de formação sobre direitos humanos e cidadania, ou, ainda em lutas contra a opressão, a desigualdade e a exclusão social. Essas práticas estão no centro das atividades de Organizações Não Governamentais (ONG) e dos programas de inclusão, especialmente no campo das artes, educação e cultura (GOHN, 2010).

Mas quem são os agentes dessa prática? Quem são os profissionais que são reconhecidos como educadores sociais? O que caracteriza afinal esse campo de ação e qual é a sua relevância? Partindo desses questionamentos, o presente artigo procura refletir sobre a prática da educação social, bem como suas repercussões, em uma instituição não governamental localizada na região periférica de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, que atende crianças, adolescentes e mães em situação de vulnerabilidade social. Para isso, buscamos: 1) mapear o perfil e motivações de educadores sociais que trabalham em tal instituição; 2) compreender a representação dos educadores sociais acerca da intervenção socioeducativa e do seu papel na transformação da realidade; e 3) identificar como ocorrem as intervenções realizadas por eles no cotidiano da instituição.

Essa pesquisa surge de uma necessidade real e concreta. Parte do interesse de cunho profissional de uma educadora (primeira autora) e ganha sentido e potência ao retroalimentar as ações da instituição envolvida, bem como de seus educadores. Isto porque acredita-se que

se pretendemos a libertação dos homens, não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo. (FREIRE, 1980, p. 67).

Assim, o presente estudo justifica-se, por um lado, pela necessidade local em prover informações para repensar as ações na instituição onde a investigação ocorreu e, por outro, devido à precariedade quanto à própria definição do que vem ser essa função (GUZZO, 2004).

A educação não formal

A educação não formal parte do pressuposto da complementariedade de ações e não da exclusão. Segundo Gohn (2010, p. 16), ela se caracteriza por se apreender “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianos”. A educação não formal, do mesmo modo que a formal, é construída por escolhas, responde a certas intencionalidades no seu desenvolvimento. Em outras palavras, podemos dizer que é:

Um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro na sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais. (GOHN, 2010, p. 33).

Não é algo estático, pré-estabelecido ou normativo. Também não tem o caráter formal dos processos escolares, elaborados por instituições superiores oficiais e certificadoras de titularidades (GOHN, 2010). Ao contrário. A educação não formal é dinâmica, criativa, calcada em um modelo que flexibiliza o conteúdo. Traz a realidade como tema para o debate e para a construção de conhecimento. As metodologias operadas no processo de aprendizagem se articulam com a cultura dos indivíduos e dos grupos, na sua problematização da vida cotidiana. Essa perspectiva não está atrelada especificamente a conteúdos programáticos em uma lógica de sequência cronológica para compreensão e continuidade das ações.

Cortella (2007, p. 47) ressalta que a educação não deveria ser sinônimo de escola, uma vez que esta é parte daquela. “Tudo o que se expande para além da formalização escolar é território educativo a ser operado”. Além disso, diz o autor, “se essa operação compartilhante na educação não formal pretende a consolidação de uma sociedade com convivência justa e equânime, a cidadania em paz é o horizonte” (CORTELLA, 2007, p. 47).

Nesse sentido, Trilla (1996) define a educação não formal como o conjunto de processos, meios e instituições específicas, organizadas em função de objetivos explícitos de formação ou instrução, que não estão diretamente vinculados à obtenção de graus próprios do sistema educativo formal. É distinta da escola, mas também é ato planejado, intencional e apresenta organização específica. Tem por objetivo, segundo Gohn (2010), construir espaços que fortaleçam a cidadania. É uma educação focada na justiça social, nos direitos (humanos, sociais, políticos, culturais etc.), na liberdade, na igualdade, na democracia, contra a discriminação, pelo exercício da cultura, e pela manifestação das diferenças culturais (GOHN, 2010).

A educação não formal, portanto, deve ser um espaço concreto de formação, com aprendizagens de saberes para a vida em coletivos, que seja complementar à educação formal e que se constitui na construção de um processo democrático e participativo, com a promoção da autonomia dos indivíduos participantes (FREIRE, 1996).

O educador social e seu papel

O que é um educador ou uma educadora social? Guzzo (2004) responde dizendo que é uma pessoa participante de programa e/ou projeto social, de quem dificilmente se exige uma formação específica e nem mesmo uma clareza de ações e objetivos, desempenhando ações pedagógicas, intervenções sociais e até mesmo orientações e aconselhamentos. Pereira (2016) o define com um profissional que atua na situação vivida de maneira a consolidar mudanças na vida produtiva e social; “tal atuação, inevitavelmente, exige um profissional com formação ampla, contextualizada e multirreferencial” (PEREIRA, 2016, p. 133). É desejável, portanto, que o educador social tenha alguma graduação, em especial, de licenciatura que possibilite maior conhecimento e destreza para exercer o seu papel (PEREIRA, 2016).

Independentemente de haver ou não um curso superior envolvido, o educador social tem um papel fundamental no processo de intervenção junto a famílias ou sujeitos em situação de vulnerabilidade. Segundo Trilla (1996), tal profissional tem um papel de animador do grupo, pois deve despertar os participantes para o contexto em que vivem, sensibilizando quanto ao processo de formação histórico-cultural de sua comunidade e grupo social, além de si mesmo. Age, portanto, no nível de compreensão tanto do sujeito, quanto das relações por ele estabelecidas, incentivando a investigar mais a fundo a própria realidade (TRILLA, 1996). Gohn (2010), contudo, afirma que o educador social deve ser algo mais que um animador cultural, ainda que também deva ter habilidades de condução e animação grupal. “Para que ele exerça um papel ativo, propositivo e interativo, ele deve continuamente desafiar o grupo participante para a descoberta dos contextos nos quais estão sendo construídos os textos (escritos, falados, gestuais, gráficos, simbólicos etc.)” (GOHN, 2010, p. 50).

Importante ressaltar que o processo de ensino aprendizagem não ocorre em uma via de mão única. O educador social, em uma perspectiva comunitária, precisa estar aberto e disponível para ensinar e aprender. O diálogo, principal instrumento de trabalho, deve estar aliado à capacidade sensitiva do educador para que este possa entender e captar a cultura local, do outro, do diferente, do nativo daquela região. Uma das principais ferramentas de trabalho do educador social é o “diálogo” (FREIRE, 1980). Não o simples “jogar conversa fora”, mas o diálogo tematizado, estruturado com base nas propostas das atividades. Somam-se a ele o estudo de fundamentos teóricos e a prática de atividades. No pensamento freiriano, é central a ideia de que somos seres em relação com o outro e com o mundo, criamos e recriamos cultura, isso se dá de forma dialógica. “Se eu não amar o mundo, se eu não amar a vida, não consigo entrar em diálogo” (FREIRE, 1980, p. 78).

A escolha dos “temas geradores”, dos trabalhos com uma comunidade não pode ser aleatória ou pré-selecionada e imposta do exterior para o grupo (FREIRE, 1980). Ao contrário. Toda intervenção deve ser embasada em um diagnóstico dos problemas e levantamento de necessidades, para, então, se elaborar um plano de trabalho preliminar. Este, por sua vez, também se transforma, na medida em que é posto à prova. A cada encontro, com a abertura que somente o diálogo sincero pode prover, é que se refaz a proposta e o trabalho como um todo. Afinal, “ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo e o educador social é o mediador que instiga o educando a transformar a realidade, a partir dele mesmo” (FREIRE, 1996, p. 98). Em outras palavras, o educador social deve estar

inserido no contexto de atuação com um conhecimento prévio da realidade, buscando meios ou mecanismo de formação continuada, desenvolvendo uma educação inclusiva, participativa e emancipatória, que visa não apenas fornecer conhecimentos, habilidades, títulos ou certificados, mas deve-se orientar para a formação de pessoas plenas, que se comprometam com o bem comum.

Portanto, o trabalho do educador deve ter, sem dúvida, uma boa dose de espontaneidade, mas só terá um efeito mais profundo se for sustentado em princípios e metodologias de trabalho, que incluem estudo de indicadores socioculturais, econômicos e contextualização da comunidade no conjunto das redes sociais. É fundamental, assim, que o educador tenha sensibilidade para entender e respeitar a cultura local, a cultura do outro, as características exclusivas do grupo e de cada um dos participantes.

MÉTODO

A presente pesquisa caracterizou-se como qualitativa, de cunho exploratório. Para a sua realização, iniciou-se com levantamento bibliográfico sobre a temática, posteriormente a elaboração e aplicação do instrumento de pesquisa aos educadores sociais e, por fim, levantamento e análise dos dados à luz das perspectivas teóricas adotadas.

A investigação foi realizada em uma instituição não governamental localizada na região periférica de Porto Alegre-RS. Como instrumento técnico de coleta de dados utilizou-se um questionário, com 18 questões, composto de duas partes. Na primeira, composta por oito questões, procurou-se identificar alguns elementos para compor o perfil do educador social como idade, sexo, estado civil, escolaridade, tempo de trabalho, entre outros. Já na segunda, foram elaboradas dez questões abertas, visando à identificação de opiniões e experiências vividas pelos educadores. Para avaliar a eficácia e clareza deste instrumento de coleta de dados, aplicou-se um pré-teste envolvendo três educadores, o qual forneceu subsídios para as modificações presentes na versão final. Após a realização das modificações necessárias, o questionário foi encaminhado para os 32 educadores sociais da pesquisa, todos atuantes no centro social pesquisado, via folhas impressas. Junto a ele, havia uma carta apresentando a pesquisa, além do Termo de Consentimento Livre Esclarecido.

Cada educador social recebeu o questionário em mãos para responder dentro do prazo de duas semanas. Aos que tiveram dificuldade em responder, deu-se um acompanhamento especial,

individualizado. Houve a adesão de todos os educadores sociais convidados pelo estudo que atuam no centro social pesquisado.

Os dados numéricos foram sistematizados usando estatísticas descritivas convencionais, descritos por números absolutos e/ou percentagem. Já os dados qualitativos passaram por uma análise temática (MINAYO, 2010), uma vez que se buscou agrupar sentidos e significados atribuídos pelos educadores em torno de temáticas emergentes.

Educadores sociais como agentes de transformação na região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul

A partir dos dados coletados e da leitura atenta das respostas, foram criadas as seguintes categorias de análise: a) o perfil do educador social; b) as características de sua atuação; c) o educador social diante da vulnerabilidade; d) o educador social enquanto andaime psicossocial; e e) o educador social como agente de transformação social.

a) O perfil do educador social

O perfil do educador social que atua na instituição investigada, quanto ao sexo, idade, estado civil e escolaridade, renda familiar, ocupação, tempo de atuação, atividades remunerada e não remunerada, horas de atividades como educador social, pode ser visto na tabela 1, abaixo disposta.

Tabela 1 – Perfil do educador social

AMOSTRA	N=32	%
VARIÁVEIS		
SEXO		
Masculino	5	16%
Feminino	27	84%
IDADE		
18 a 30 anos	5	16%
31 a 50 anos	12	38%
51 a 70 anos	14	44%
Acima de 71	1	3%

ESTADO CIVIL		
Solteiro	11	34%
Casado	13	41%
Divorciada	3	9%
Viúvo	5	16%
ESCOLARIDADE		
Não alfabetizado	1	3%
Ensino fundamental incompleto	10	31%
Ensino fundamental completo	1	3%
Ensino Médio Completo	6	19%
Superior incompleto	7	22%
Superior completo	7	22%
RENDA FAMILIAR		
Um salário mínimo	6	19%
Dois salários mínimos	6	19%
Três salários mínimos	5	16%
Quatro salários mínimos	6	19%
Mais de quatro salários mínimos	9	28%
OCUPAÇÃO/PROFISSÃO		
Ativos	20	63%
Pensionista	3	9%
Aposentados	9	28%

Fonte: As autoras (2019).

O predomínio de educadores sociais é do sexo feminino (84%). Conforme os dados do IBGE (2014), muitas mulheres estão assumindo a “postura de chefes de famílias” e cada vez mais inseridas nos trabalhos de cunho sociais, uma vez que passam a se sentir protagonistas de mudanças transformadoras. A incorporação da equidade de gênero como tema das políticas públicas resulta, conforme Guzmán (1998), de um longo processo social e político decorrente de vários cenários em que participam distintos atores, tais como movimentos feministas e organizações da sociedade civil e do Estado. Essas políticas foram motivadas fundamentalmente pelo esforço de mulheres, movimentos feministas e outros atores sociais.

Em relação à idade dos educadores sociais, observa-se uma maior frequência na faixa etária acima de 31 anos (85%), com prevalência de educadores acima de 51 anos (44%). Os educadores sociais já possuem uma estabilidade na vida econômica e profissional, o que faz

com que a atividade de educador social seja realizada de forma paralela ao trabalho remunerado. Segundo Silva (2003), a idade é um dos fatores que mais afetam a forma de participação no mercado de trabalho urbano formal, o qual, no Brasil, é mais favorável ao recrutamento de pessoas jovens. Muitos trabalhadores perdem seu emprego com idade já avançada, o que dificulta a sua inserção no mercado formal de trabalho. No entanto, como educadores sociais, a idade não constitui fator excludente. A admissão deste sujeito, portanto, garante a participação em um ambiente que, no caso investigado, proporciona dignidade e inclusão.

Os dados apontam que parte dos educadores sociais não concluiu o ensino fundamental (31%), mas a maioria está cursando o ensino superior ou já o concluiu (44%). No Brasil não existe uma formação específica para educadores sociais como oferecido em alguns países europeus, por isso eles são de diversas áreas de formação. Dentre estas áreas, destacam-se a psicologia, a pedagogia, a educação física, o serviço social, entre outros, e até educadores sem formação no ensino superior, pois ela não é uma exigência para a atuação profissional. A formação do educador social deve ser ampla e contemplar conhecimentos específicos sobre educação não formal, bem como uma sólida e crítica formação política. Nesse sentido, Freire nos lembra que a compreensão do ser humano como um ser inconcluso parte da compreensão dele como um ser histórico. Seres “inacabados e inconclusos, em e com uma realidade que, sendo histórica também, é igualmente inacabada” (FREIRE, 1980, p.72).

A atuação profissional dos educadores sociais depende de uma formação ampla e contextualizada nas questões sociais, mesmo porque são profissionais reconhecidos, juridicamente, como trabalhadores específicos para atuar nas situações de vulnerabilidade. Aliás, a educação social consta como profissão na Classificação Brasileira de Profissões (CBO) e está em processo de regulamentação ou pelo Projeto de Lei da Câmara Federal, de nº 5346/2009 ou pelo Projeto de Lei do Senado Federal, de nº 328/2015 (BRASIL, 2010). Tais projetos pretendem instituir como formação mínima o ensino médio para o exercício da profissão de educador social.

Muitos educadores sociais que atuam no centro social pesquisado aderem e afirmam que a formação, mais do que um curso ou graduação específica, deve ser continuada. Vejamos:

A formação continuada na educação não formal é de suma importância porque quanto mais formação mais se aprende e assim estamos preparados para responder as necessidades que se apresentam, com mais eficiência e

eficácia, pois ajuda o educador a entender qual é seu papel dentro do meio que atua.

A formação continuada é necessária, é fundamental, para melhor conhecer e resolver questões que surgem em nossa prática. Isso possibilita maior conhecimento, trazendo ao grupo segurança no saber para os educadores e educandos. Aperfeiçoa as habilidades adquiridas.

Segundo os respondentes, é comum a instituição em que trabalham ofertar cursos e atividades que os capacitam. São abordados temas como habilidade docente, criatividade, empreendedorismo e liderança. Eles procuram a formação continuada como um meio de busca e partilha de conhecimento ao longo da vida, ou seja, a partir de suas experiências de vida, e a formação oferecida no espaço onde atuam. Talvez isso ocorra pela compreensão da complexidade do seu fazer, de sua práxis. Como afirma Freire (1980), o educador se constitui como tal quando trabalha com o educando e a sua tarefa termina convertendo-se também na tarefa por meio da qual ele se reeduca com o educando que ele educa. O educando educa mesmo que não esteja consciente deste ato. Dialeticamente, o ato específico de educar comporta uma diferença importante de ser reconhecida e igualmente importante que não seja antagonizada.

A renda familiar dos entrevistados é estável. Todos estão empregados e/ou possuem alguma renda fixa. Buscam o trabalho social voluntário como uma ocupação e atividade complementar, portanto, 28% deles recebem acima de quatro salários mínimos, 19% recebem até quatro salários mínimos. Outros 19% recebem até um salário mínimo e outros 19% até dois. No perfil destes educadores sociais, percebe-se que a maioria se encontra na ativa (63%), ou seja, atuando em outros trabalhos remunerados; 28% estão aposentados e 9% recebem alguma pensão. Mais do que uma função ou trabalho que se reverte em dinheiro, a função desempenhada pelos participantes desse estudo preocupa-se, sobretudo, com aqueles que estão à margem na sociedade e que, naquele momento, possuem poucas condições e ou possibilidades de mudar suas vidas. Nesse sentido, o trabalho para os respondentes, enquanto uma dimensão ontológica e histórica, parece estar muito mais relacionado ao processo de humanização do ser, ou seja, uma práxis material e não material, do que apenas à produção de mercadorias ou a busca de mais-valia (FISCHER, 2008). Há, aqui, uma preocupação dos educadores com o seu entorno ou, em outras palavras, uma reponsabilidade ética no seu fazer, que procura opor-se às limitações sociais e históricas que impedem a realização dos seres humanos.

b) Características de sua atuação

A tabela 2, apresentada na sequência, apresenta uma síntese das principais características da atuação do educador social.

Tabela 2 – Características de atuação do educador social

AMOSTRA	N=32	%
VARIÁVEIS		
TEMPO DE ATUAÇÃO COMO EDUCADOR SOCIAL		
0 a 5 anos	16	50%
6 a 10 anos	5	16%
11 a 15 anos	2	6%
16 a 20 anos	2	6%
Acima de 21 anos	7	22%
TEMPO DE ATUAÇÃO COMO EDUCADOR SOCIAL NO CENTRO SOCIAL		
0 a 5 anos	22	69%
6 a 10 anos	5	16%
11 a 15 anos	2	6%
Acima de 21 anos	3	9%
ATIVIDADE NA INSTITUIÇÃO		
Remunerada	2	6%
Voluntária	30	94%
HORAS SEMANAIS QUE REALIZAM ATIVIDADES COMO EDUCADOR SOCIAL NO CENTRO SOCIAL		
0 a 4 horas	11	34%
5 a 10 horas	9	28%
11 a 15 horas	4	13%
16 a 20 horas	8	25%
ATIVIDADES PRINCIPAIS COMO EDUCADOR SOCIAL		
Monitores de Capoeira	2	6%
Monitores de Judô	2	6%
Monitores de Informática	2	6%
Monitores do Cuidado das crianças	3	9%

Monitores de Música	1	3%
Monitora do Brechó	1	3%
Monitores de Artesanato	10	31%
Monitores do Grupo de Terceira Idade	2	6%
Responsáveis pela visita as famílias	3	9%
Auxiliares do lanche	6	19%

Fonte: As autoras (2019).

Em relação ao tempo de atuação, 50% dos educadores sociais desempenham a função a menos de cinco anos e 22% a mais de 21 anos, em diferentes centros sociais. Contudo, ao focar a lente exclusivamente na instituição em que o estudo foi realizado, 69% atuam a menos de cinco anos e 9% a mais de 22 anos. Essa diversidade parece ser algo salutar, pois na mesma medida em que há uma continuidade de ações e de valores, há também uma oxigenação necessária no desempenho das tarefas em consonância às realidades locais.

Tanto aqueles que estão iniciando, quanto os que estão há mais tempo, relatam dificuldades da prática cotidiana de educador social, tais como:

Por parte do educador: não saber lidar com as diferentes realidades e pessoas. Entender os próprios limites das pessoas, criar expectativas do resultado que às vezes é sutil e tardio, a falta de apoio dos governantes, saber integrar diferentes níveis de capacitação dos usuários, gerenciar conflitos motivacionais da procura das oficinas, a falta de recursos financeiros, saber despertar o interesse por uma atividade e exercê-la com eficiência.

Por parte dos usuários: a falta de comprometimento por parte dos usuários, de reconhecimento e valorização pelo trabalho desenvolvido, falta de perseverança, o desinteresse e desistência das oficinas.

Segundo Vangrelino (2004), o educador social se constitui em um fio tênue entre a precariedade das políticas públicas, as tentativas de reinserção social e as formas de luta nos movimentos sociais. O contato com a dinâmica das relações sociais em que tais educadores vivem, na rua, na escola, tem, no histórico de sua formação, um compromisso com a militância social e política. Conforme Freire (1985) e Graciani (1997), a formação do educador social se dá em um processo de constituição na prática do trabalho. Aliás, Graciani (1997) afirma que o trabalho desses profissionais sempre exigiu reflexão e debate. A ação dos educadores sempre foi vista como “experiência inacabada” e “imperfeita”, necessitando de sustentação teórico-prática.

Outra característica levantada é o número de horas semanais que os educadores dedicam a essa atividade: 34% destinam 4 horas semanais e outros 28%, de cinco a dez horas semanais. O trabalho como educador social voluntário requer seriedade, comprometimento e disponibilidade para o exercício da práxis. Para Freire (1980), a práxis é a maneira humana de existência do homem responsável pela sociedade em que está inserido. O sujeito da prática social deve ser compromissado com seu contexto histórico. Ele deve entender que está inevitavelmente em relação com outros seres humanos e que nessas relações, eles podem se tornar os agentes que promovem a transformação social.

As principais atividades que os educadores realizam no centro social estudado são: oficinas de música, dança, judô, capoeira, artesanato e informática, tanto para crianças e adolescentes, quanto para o público adulto. A atividade em que há um maior envolvimento dos educadores é a do artesanato (31%), ministrando oficinas de crochê, patho aplique, costura, confecção de bonecas, tricô, bordados em toalhas, tear, decopagem etc.). A segunda atividade mais desenvolvida são as que proporcionam o lanche (19%) oferecidos para todos os usuários do centro no intervalo das atividades.

Os dados apresentados nos parágrafos anteriores, não destoam com o que é apresentado na literatura.

Educador social serve no Brasil, tanto para identificar o trabalhador de nível médio e técnico como para designar o trabalhador com formação de nível superior em desvio de função. Oficineiros, artesãos, artistas, mestres de capoeira, arte-educadores e monitores em geral são agregados a uma mesma categoria descritiva que inclui sociólogos, cientistas sociais, psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, advogados, historiadores, geógrafos, físicos, matemáticos, químicos contratados por organizações não governamentais ou pelo poder público para exercer funções diferentes da sua área de formação. (SILVA; NETO; MOURA, 2009, p. 12-13).

Na instituição investigada, as atividades realizadas são, majoritariamente, de cunho voluntário (94%), sendo somente 6% remuneradas. No Brasil, o trabalho voluntário é regulado por legislação específica⁷ e não gera vínculo empregatício de nenhuma natureza. O trabalho voluntário é realizado por ONG, clubes de serviço, igrejas, órgãos governamentais e outros. Alguns dos trabalhos realizados são focados e podem ser temporários quando visam solucionar um problema específico. Outros podem ser de média ou longa duração. Uns podem ter forte matiz ideológica, como no caso das igrejas ou partidos, outros podem não ter

⁷ Lei nº 13.297, de 16 de junho de 2016.

ideologia nenhuma a não ser realizar o bem por meio do projeto que a proponente está engajada.

Mesmo que o trabalho seja realizado em algumas poucas horas semanais, mesmo que não haja uma qualificação específica e nem mesmo um vínculo formal, os educadores sentem que o seu trabalho tem uma relevância:

Quando fiz um trabalho voluntariado com a defesa civil, na ilha no período das enchentes, fiz com amor, mesmo com lágrimas nos olhos ao ver o sofrimento das famílias atingidas, me senti insignificante, porém o que estava em meu alcance, realizei, isso me faz bem.

Ver pessoas “voluntárias” com problemas pessoais de saúde, ou de seus familiares, que se dedicam com todas as suas capacidades, na generosidade para ensinar e para possibilitar a outras pessoas uma oportunidade de melhoras, tanto psicológica, como materialmente na vida dos atendidos. Para mim são exemplos de amor, superação e doação.

Ao falar do educador social voluntário⁸, Caro e Guzo (2004) destacam a satisfação pessoal como sendo um grande diferencial, além das qualidades adquiridas independentemente de conhecimentos adquiridos na academia.

c) O educador social diante da vulnerabilidade

Frente a uma realidade adversa, os educadores sociais precisam somar forças para lidar com certas situações. Para isso, não basta ter boas intenções, evidentemente. Precisam estar cientes que o seu papel é diferente daqueles que fazem caridade ou filantropia, afinal seu trabalho é com a educação. Nesse sentido, Freire (1996) nos lembra que educar exige: rigorosidade metódica; pesquisa; respeito ao educando; corporificação das palavras pelo exemplo; aceitação do novo; rejeição de qualquer forma de discriminação; reflexão crítica sobre a prática; bom senso, humildade, alegria e tolerância e essencialmente convicção de que a mudança é possível. Para tanto, o educador precisa desenvolver um respeito real e profundo pelo ser humano; uma capacidade para perceber, na comunicação, os aspectos que subjazem à palavra dita e transparência na sua forma de ser.

Nos questionários respondidos pelos educadores sociais, percebe-se a sensibilidade deles diante da fragilidade humana. Suas respostas ressaltam que os fatos mais significativos de sua

⁸ “Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para os fins desta Lei, a atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa” (BRASIL, 2016).

prática são a vulnerabilidade social em seus mais diversos aspectos, como ilustram os relatos abaixo:

Um dia recebi uma mãe com três crianças em uma carroça de lixo, as crianças bem pequenas estavam sujas, com fome, com frio, tivemos que dar um banho nas crianças, ajeitar algumas roupas para a mãe e crianças.

Uma senhora procurou os serviços na instituição, muita angustiada em sofrimento, porque fora abandonada pela família devido ao uso de drogas psicoativas. Realizamos atendimento, no qual encaminhamos a uma comunidade terapêutica para tratamento e acompanhamento desta doença pela qual sofria muito a discriminação e principalmente a exclusão social da família e da sociedade. Ela ficou em tratamento um ano e dois meses na comunidade terapêutica, trabalhamos a família no fortalecimento de vínculos. Hoje com muita alegria ela retornou para a casa no convívio familiar, retornou ao trabalho e aos estudos, está há seis anos em sobriedade. Diante deste caso percebemos o quanto foi importante o papel do educador social, realizar este trabalho de intervenção.

Em uma invasão, uma família com seis filhos, uma casa bem pequena, que quase não cabiam dentro às oito pessoas na casinha com uma peça. Todos dormiam no chão, com poucas cobertas, buscamos roupas e acolchoados para doar a família. Depois de um tempo fomos novamente visitar a família e não se encontravam mais, ficamos sabendo que haviam migrado para outra cidade, creio que pela própria situação de pobreza que viviam, foram buscar melhores condições de vida. Não tivemos mais notícias. A situação de pobreza desta família me marcou profundamente, e o sentido de impotência, ficou em mim.

A partir do relato dos educadores, pensa-se que o educador social facilita o bem-estar do sujeito. Estado de bem-estar entendido a partir do atendimento de demandas específicas, como necessidades sociais e educativas básicas, bem como a possibilidade de desenvolver suas próprias capacidades pessoais, participando crítica e ativamente na sociedade em que vive. O educador social é o mediador entre o educando, a sociedade e a cultura (OÑA, 2005). Essa mediação realizada pelo educador social deve ser fruto da sua capacidade de leitura do mundo, da realidade dos educandos, assim como, da sua competência pedagógica e disposição para trabalhar em grupo. Para tanto, é importante que o educador social desenvolva exercícios reflexivos sobre as suas práticas e intervenções. Mas, além disso, é também esperado que ele ocupe um papel de promoção da reflexão junto à comunidade em que atua. Entendemos esta ação como fundamental, pois esta característica está baseada no direito do sujeito à participação e à autonomia de todos: educandos, educadores e comunidade.

É preciso negar a centralidade do diálogo apenas na figura do educador, inspirado na pedagogia tradicional e bancária, pois, não há nada que contradiga e comprometa mais a emersão popular do que uma educação que não jogue o educando as experiências do debate e da análise dos problemas e que não lhe propicie condições de verdadeira participação (FREIRE, 1980).

d) O educador social como andaime psicossocial

Por andaimes psicossociais entende-se todo e qualquer tipo de estruturas de apoio intersubjetivas que possam ser oferecidas por pessoas e ou instituições. Referem-se ao papel fundamental do apoio de pessoas e de instituições na constituição saudável do sujeito humano, nas origens da ação conjunta e da intencionalidade compartilhada, bem como na construção e na sustentação comunitárias. Segundo Jovchelovitch (2013, p. 191), tais andaimes “fornecem um terreno seguro a partir do qual o indivíduo aprende sobre si mesmo e sobre sua localização sociocultural, permitindo o Eu sentir-se seguro e agir criativamente, ser original e, se necessário, questionar sua própria comunidade”.

Podemos dizer que os educadores sociais são, de certa maneira, andaimes psicossociais para os educandos, uma vez que eles interagem, questionam e possibilitam estratégias de crescimento humano, permitindo aos educandos, serem protagonistas de sua história pessoal e comunitária, superando seus limites. Isso transparece na fala de um dos educadores sociais:

Acolhi uma usuária, que me contou que sua vida não tinha mais sentido, que era muito doente e consumia muitos medicamentos. Após acessar os nossos serviços de fortalecimento de vínculos e ter o contato diário com educadores sociais, percebeu uma melhora significativa, em sua autoestima e na saúde. Tendo daí em diante muita alegria de viver e nova perspectiva de vida.

Estar ciente de seu papel, nesse sentido, da potência de sua ação, é fundamental:

Estar com as crianças é sempre uma surpresa a cada dia. Perceber como as crianças com realidades tristes podem sair do espaço onde atuo mais felizes não tem explicação. O que me marcou profundamente foi “um tapa” na cara de um menino do abrigo, não consegui reagir no momento, fiquei calma, respirei e tentei ver o que tinha por trás dessa criança. Mais tarde descobri que ela foi retirada da família porque sofria maus tratos, e era explorada no trabalho infantil na rua forçado pelos pais drogados. Senti na obrigação de ser um suporte de acolhida para essa criança. Posso fazer a diferença na vida dela.

Todas as vezes que dou um abraço de acolhida, as educandas me dizem que transmito paz e proteção, que ninguém escuta elas em casa, que nesse espaço

do centro social encontram acolhida, alguém que as escute, e que podem partilhar o que sentem e pensam, além de aprender a realizar artesanatos, que possibilita gerar uma renda familiar.

Percebemos que o educador social enquanto andaime psicossocial tem o papel de oferecer acolhida, contenção e cuidado. Serve, também, como instrumento de mediação entre os educandos, sendo porta de acolhida para aqueles que buscam alguém como referência para expressar suas vivências. Enquanto andaimes, eles podem abrir rotas para se escapar do crime e contribuir para redimensionar o Eu em termos cognitivos, emocionais e sociais (JOVCHELOVITCH, 2013).

Graciani (1997), nesse sentido, reflete sobre o papel do educador definindo-o como: um agente e ou um intelectual orgânico, comprometido com a luta das camadas populares, que elabora junto com os movimentos, captado na vida emergente dos marginalizados. Em outras palavras, o educador social extrapola o papel de mediador do conhecimento e atua junto à população nas suas reivindicações.

e) O educador social como agente de transformação social

O educador social é um agente de intervenção na realidade. Quando levado com seriedade e responsabilidade, seu trabalho pode possibilitar o desenvolvimento dos sujeitos capazes de transformar suas vidas e o meio em que estão inseridos. Ao estabelecer a relação com o educando, o educador assume a figura de referência e põe em prática seu conjunto de valores, normas e maneira de ver o mundo. A partir desta contraposição de olhares, o educador será o condutor da reflexão sobre a realidade por meio de um diálogo problematizador que procurará levantar questões sobre a realidade do educando. O papel do educador social é desenvolver, junto aos educandos, meios para facilitar a descoberta de novos caminhos e alternativas, atuando, assim como um agente de transformação.

É preciso que em alguns momentos ele se distancie um pouco para poder avaliar a situação de forma mais crítica, e, em outros momentos, inserir-se no meio para fazer parte e viver sua realidade. Para que esse processo de transformação ocorra é necessária dedicação do educador com o projeto, conhecer os membros da comunidade que irá atender e manter um diálogo próximo com o educando. Segundo Paulo Freire (1996), a educação deve ser permanente. Portanto, como trabalhadores sociais, precisamos intervir de forma crítica e transparente,

acreditando no potencial do ser humano, no seu poder criador, afinal cada pessoa tem seu próprio saber.

Alguns relatos mostram a potência da intervenção enquanto dispositivo de transformação:

Um aluno do abrigo que dei aula de judô em 2010, depois de seis anos encontrei esse menino, agora um rapaz estudando, trabalhando e adotado por uma família. O que me comoveu foi o que ele me disse: “professor segui os teus conselhos do judô, por isso consegui o que queria, sou muito agradecido”.

Uma idosa partilhou comigo que seu esposo não estava de acordo com ela aprender informática, “ele disse que sou burra, velha e não tenho condições de aprender informática”, pois, ela, mesmo com duras críticas na família e o preconceito de ser idosa, não desistiu, ao contrário se superou. Aprendeu a manusear o computador, criar e-mail e redes sociais, dizendo: “Isso me faz feliz, me superei”.

O educador social, agente de transformação, quando engajado pela causa, compromete e impulsiona seu educando a sair do estado de impotência e a buscar novas perspectivas de vida. É detentor de saberes específicos, distintos dos saberes dos alunos, sem que isso signifique atribuir aos saberes dos educadores maior ou menor valor, mas, sim aceitar que são saberes próprios da experiência do educador. Saberes que, em encontros dialógicos, irão se ressignificar, se reinventar. É nesse sentido que dizemos que educando e educador formam-se, mutuamente, ao longo do processo educativo, ou melhor, “já não se pode afirmar que alguém liberta alguém, ou que alguém se liberta sozinho, mas os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 1980, p. 130).

Assim expressa uma educadora social, observando a realidade de educandas que realizaram o curso de embelezamento:

Um fato que me marcou foi ver diversas mães que fizeram os cursos, que tinham pouco incentivo no lar, e conseqüentemente uma baixa autoestima na realização dos trabalhos propostos, porém com muita superação, entre ajuda entre as colegas do curso, hoje possuem a capacidade de buscar o seu próprio sustento por meio das atividades ensinadas no Centro social, houve uma transformação na vida delas. São protagonistas de sua história. Isso me alegre muito. Fiz a diferença ensinando o corte de cabelo para elas. Vejo os frutos.

O relato acima não retrata exclusivamente o aprendizado de uma nova ocupação. Não é isso que faz com que alguém consiga mudar de vida. Esse é um dos elementos que se associa a muitos outros, como por exemplo, a necessidade de refletir sobre o seu lugar no mundo, sua condição. Afinal, como diz Freire (1985, p. 48), “ninguém luta contra forças que não entende,

cuja importância não meça, cujas formas de contorno não discirna; a realidade não pode ser modificada senão quando a pessoa descobre que é modificável e que ela o pode fazer”. Processo esse que nunca finda. Ensinar e aprender a ser no mundo é constante. O ser humano jamais para de educar-se (FREIRE, 1996).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato: as práticas educacionais precisam acompanhar o fluxo das mudanças, buscar sua própria atualização e, ao mesmo tempo, dar respostas eficazes às demandas que surgem a partir do meio em que estão inseridas. Cabe, portanto, aos profissionais da educação, em especial àquelas que estão comprometidos com os ideais da justiça social e da paz, repensar seus posicionamentos e procedimentos. Em particular, o educador social, cujo trabalho envolve pessoas que estão em vulnerabilidade social, precisa refletir sobre a sua própria formação (GOHN, 2006), sobre os limites e potencialidades de seu pensar e agir. Nesse sentido, buscou-se refletir sobre quem é o educador social em espaços de educação não formal. Para isso, mapeou-se o perfil e as características da atuação profissional de 32 educadores sociais vinculados a um centro social da região metropolitana de Porto Alegre-RS e discutimos os principais desafios encontrados por eles em suas práxis, seja pelos casos de vulnerabilidade social com que se deparam, pelo seu papel social ou, mesmo, pela (im)possibilidade de transformação de certas situações.

De modo geral, percebeu-se que uma das principais atribuições do educador social é a de mediar interesses e possibilidades. Mas como? É preciso, antes de tudo, olhar o que os sujeitos e grupos trazem consigo, não simplesmente aquilo que é falado, mas os contextos – ou os seus efeitos – que os habitam. Segundo Freire (1996), a leitura do mundo vem antes da leitura da palavra e, aqui acrescenta-se, do aprendizado de uma função ou atividade específica. Um bom educador é aquele que sabe provocar inquietudes, que aguça a curiosidade, que permite que o educando conquiste sua autonomia e transformação do seu meio. Espera-se, portanto, que esse profissional seja reflexivo e questionador tanto de sua prática, quanto do meio ou realidade em que estão inseridos. Um profissional crítico, é crítico de si, das teorias, do outro. É aquele que ensina e aprende, ao mesmo tempo, que dialoga em pé de igualdade. É aquele que ao humanizar pessoas, também se humaniza (FREIRE, 1980).

A pesquisa aqui relatada ilustrou o fato de que os educadores sociais, inseridos em espaço de educação não formal, têm funções diferentes. Não como um quebra cabeça com peças prontas, mas como um encontro de peças que se encaixam com a prática, com a vivência de cada um, com suas diferenças e seus questionamentos. Assim, o educador social pode ver as possibilidades de contribuição para a transformação, olhando para si e se vendo como agente transformador.

Percebeu-se, também, que nem sempre é fácil sustentar o lugar de educador no campo da educação não formal. É preciso habilidade e até mesmo formação específica, não necessariamente um curso superior, para dar conta de algumas situações que a realidade impõe. É fundamental, portanto, que educadores nesse campo de atuação se preparem e se qualifiquem para agir. Não basta exercer de forma voluntária, solidária e caritativa. Aliás, voluntariado não deveria significar empobrecimento da ação. Ao contrário. É preciso que as instituições, em face dessa realidade e possibilidade de funcionamento, preparem os educadores para agir na perspectiva da mudança social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: SEDH: MEC: MJ: UNESCO, 2007.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Classificação Brasileira de Ocupações: CBO**. Brasília: TEM: SPPE, 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 1996.

CORTELLA, M. S. Contribuições da educação não formal para a construção da cidadania. *In*: CORTELLA, M. S. *et al.* **Visões singulares, conversas plurais**. São Paulo: Instituto Itaú Cultural, 2007. p. 43-49.

FISCHER, M. C. B. Trabalho. *In*: STRECK, D.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (org.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 413-415.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 8. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1980.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, M. G. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010. Doi: 10.22347/2175-2753v1i1.1.

GOHN, M. G. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio**: Aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006. Doi: 10.1590/S0104-40362006000100003.

GODOY, A. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, abr. 1995. Doi: 10.1590/S0034-75901995000200008.

GRACIANI, M. E. S. **Pedagogia social de rua**: análise e sistematização de uma experiência vivida. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1997.

GUZMÁN, V. La equidad de género como tema de debate y de políticas públicas. *In*: LARGO, E. **Gênero en el Estado**: estado del género. Chile: Ediciones de las Mujeres: Isis Internacional, 1998.

GUZZO, R. S. L.; CARO, S. M. P. **Educação social e psicologia**. Campinas, SP: Alínea, 2004.

JOVCHELOVITCH, S.; PRIEGO-HERNÁNDEZ, J. **Sociabilidades subterrâneas**: identidade, cultura e resistência em favelas do Rio de Janeiro. Brasília, DF: UNESCO, 2013.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

OÑA, J. M. El educador social: un profesional de la educación en contacto con la infancia. **Revista de Educación Social**, Barcelona, n. 4, 2005.

PEREIRA, A. Formação de educadores sociais: profissionalização técnica, para quê? CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 5., 2015, Vitória. **Anais** [...]. Vitória, ES: UFES, 2015.

ROMANS, M.; PETRU, A.; TRILLA, J. **Profissão**: educador social. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SILVA, C. S. **Curso de pedagogia no Brasil**: história e identidade. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SILVA, R., NETO, J. C. S., MOURA, R. A. (org.). **Pedagogia social**. São Paulo: Expressão e Arte, 2009.

TRILLA, J. **La Educacionfuera de la escuela**: ambitos no formales y educación social. Barcelona: Ariel, 1996.

VANGRELINO, A. C. S. **Processo de formação de educadores sociais na área da infância e juventude**. 2004. 158 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

Submetido em 30 de janeiro de 2019.

Aprovado em 12 de abril de 2019